

VETO

Nº
030/12.



OF/CTL/CC nº 1493/2012.

Curitiba, 29 de junho de 2012

I - À DAP para leitura no expediente
II - A DL para providências
Em 02/07/2012
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 115/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 579/2011, por considerá-lo Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

Dispõe o autógrafo que, havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme a tabela que especifica, de seus trabalhadores com curso de qualificação com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Segundo a justificativa apresentada, um dos objetivos do Projeto de Lei nº 579/2011 é a preservação da saúde e da segurança dos profissionais de limpeza. Senão, vejamos:

As classes de risco de toxicidade dos produtos de limpeza indicam o grau de periculosidade para a saúde, eis a necessidade da qualificação para saber classificar e controlar o uso e disposição física dos espaços onde os materiais são estocados, empregando atenção especial a materiais perecíveis ou de certo grau de periculosidade, conforme especificações dos mesmos e normas técnicas vigentes.

Vale lembrar, também, que empregados que prestam serviço de limpeza e conservação ficam à exposição de produtos químicos e riscos biológicos. É uma realidade do dia a dia desta profissão a limpeza principalmente com recolhimento de lixo e limpeza com produtos químicos, gerando exposição a diversos agentes biológicos, mesmo com atuação de luvas. O contato ocorre também pela via respiratória, o que caracteriza a qualificação de insalubridade em grau máximo, ou

Alguns princípios constitucionais balizam a formulação das disposições legais. Do princípio do Estado de Direito e de alguns postulados dele derivados podem-se inferir alguns requisitos que devem nortear a elaboração de atos normativos.

O princípio do Estado de Direito exige que as normas jurídicas sejam dotadas de alguns atributos, tais como precisão ou determinabilidade, clareza, densidade suficiente para permitir a definição das posições juridicamente protegidas e o controle de legalidade da ação administrativa.

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as consequências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias.

Como se não bastasse, o Projeto 579/2011 comete outro equívoco de técnica legislativa: em nenhum momento o diploma busca harmonizar-se com as disposições constantes da legislação básica aplicável às contratações públicas (Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual 15.608/2007). Não é vedado ao legislador editar novas disposições normativas ordinárias. Todavia, não pode fazê-lo de maneira assistemática, ignorando o arcabouço jurídico já existente. Nessa linha, convém destacar o art. 7º, IV, da Lei Complementar Federal 95/1998:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destina a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. (grifei)

Aliás, não se trata de mero deslize formal. É que, na prática, o Projeto 579/2011 acrescenta um novo requisito de habilitação, onerando ainda mais a prestação de um serviço de baixa complexidade, que não exige um especial preparo

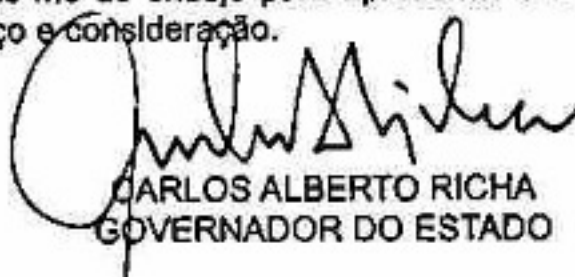
Reformado do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 11, setembro/outubro/novembro, 2007. Disponível na Internet: <<http://www.direitodocestado.com/revista/RERE-11-SETEMBRO-2007-GILMAR%20MENDES.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2012.

por parte de seus executores. Com esse novo fardo econômico, imagina-se uma sensível redução no contingente de empresas aptas a participar dos procedimentos licitatórios do setor de limpeza, o que pode dificultar a busca, pela Administração Pública, da proposta mais vantajosa. Esse resultado comprometeria o princípio da competitividade, tal como disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, que restringe as exigências de qualificação técnica e econômica àquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, o que não é o caso do requisito previsto pelo Projeto de Lei 5679/2011. Nunca é demais sublinhar que o art. 30, § 1º, I, da Lei Federal 8.666/1993 e o art. 76, II, da Lei Estadual 15.608/2007 limitam os requisitos de qualificação técnica àqueles profissionais responsáveis pela realização do objeto⁸. Por relevante, permite-se a transcrição do seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

Licitação estadual. Exigência de declaração relativa à segurança e à saúde do trabalhador expedida por repartição federal. Não tem pertinência com a garantia do cumprimento do contrato objeto da licitação no âmbito estadual a exigência de declaração expedida por repartição federal relativa à segurança e à saúde do trabalhador. A exigência assim feita viola o art. 37, XXI, da CF. (RE 210.721, rel. min. Menezes Direito, Primeira Turma, DJE de 8-8-2008)

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 11.132.608-1

8 GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos (Casos e Polêmicas)* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 35-37.

seja, "o ambiente de trabalho hostil à saúde, pela presença de agentes agressivos ao organismo do trabalhador acima dos limites de tolerância permitidos pelas normas técnicas".

Certo: os Estados detêm competência para editar atos administrativos e legislativos destinados à tutela da saúde. Nessa linha, permita-se a transcrição dos seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ocorre que os bens jurídicos aparentemente tutelados pela norma integram o rol constitucional de direitos sociais dos trabalhadores. Confira-se, a esse respeito, o inciso art. 7º, XXII, da Constituição da República:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Nesse contexto, não custa lembrar que a União possui competência privativa realizar a inspeção do trabalho e para legislar sobre direito do trabalho e sobre condições para o exercício de profissões, nos termos dos artigos 21, XXIV

e 22, I e XVI, da Constituição federal:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1 - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

(...)

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Cabe, portanto, a seguinte indagação: qual é, afinal, o Ente Político competente para legislar sobre a matéria em exame?

Até o presente momento, a Suprema Corte não adotou um critério absolutamente seguro para solucionar esse tipo de controvérsia. Todavia, ainda que implicitamente, a jurisprudência do STF parece enxergar, no aspecto da especialidade, um parâmetro legítimo de aferição da (in)constitucionalidade formal orgânica dos diplomas legislativos submetidos à sua análise. São esclarecedoras estas palavras do constitucionalista André Ramos Tavares¹:

Na ADIn-MC 903-6/MG, cujo objeto foi a Lei n. 10.820/92, do Estado de Minas Gerais, responsável por disciplinar o transporte coletivo intermunicipal de pessoas portadoras de deficiência (art. 1º da Lei: 'As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a promover adaptações em seus veículos, a fim de se facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física e de pessoas com dificuldades de locomoção', suscitou-se dúvida acerca da categorização da Lei (ou seja, de sua temática) em questão. Consistira ela de

1 TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional – 10ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1156/157.

matéria afeta ao trânsito e transporte, e, portanto, de competência privativa da União ou afeta à proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, e, portanto, afeta ao 'condomínio legislativo'? Obviamente que a lei tratava de ambas as questões. Porém, como determinar qual deverá prevalecer e, desta feita, conduzir a definição da competência legislativa?

(...)

Há (...) um elemento que merece destaque. Segue-se o excerto do voto do Ministro CELSO DE MELLO, relator da ADIn mencionada: 'Alega-se que a União Federal absteve-se, até o presente momento, de editar a legislação nacional pertinente ao tema específico da adoção, pelas empresas que exploram o serviço de transporte coletivo, de providências destinadas a garantir, às pessoas portadoras de deficiência, acesso adequado aos veículos automotores.

'Mesmo a normação federal insuficiente, que se haja omitido na disciplinação legislativa do matéria tópica, legítima o exercício, pelos Estados-membros, da competência normativa plena' (ADIn-MC 903-6/MG, rel. Min. Celso de Mello, DJ 24-10-1997, original grifado).

(...)

Disto, poder-se-ia inferir importante critério para definir se determinada lei é de competência privativa da União ou do 'condomínio legislativo', a saber, a especialidade da lei. No caso em questão, trata-se, especificamente, do acesso e da proteção do portador de deficiência. Daí avocar-se o art. 24, XIV, e não o art. 22, XI, da CB. Portanto, seria o objeto específico da lei que nortearia a sua classificação/taxionomia. Logo, é preciso apartar assuntos díspares que são concomitantes a partir da finalidade da lei. Sendo objetivo primordial a tutela do portador de deficiência, o ambiente no qual esta tutela é imposta deve ser considerado uma matéria secundária em relação ao objetivo da legislação.

Ora, tendo em vista o plano formal orgânico e considerando o critério da especialidade, chega-se à conclusão de que o Projeto de Lei nº 579/2011 não pode ser validamente editado pelo Estado do Paraná.

Com efeito, o Projeto em foco limita-se a dispor sobre a saúde e a segurança dos profissionais da asselo e conservação em seu ambiente de trabalho. Não é preciso muito esforço para concluir que a matéria está compreendida entre os temas do Direito do Trabalho, disciplina regulada necessariamente pela União Federal, conforme os artigos 21, XXIV e 22, I, da Constituição republicana. Aliás, uma rápida leitura dos artigos 154 a 201 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT confirma a ilação. Além disso, ao exigir a realização de cursos de qualificação pelos profissionais de limpeza, o Projeto Impõe condições ao exercício de uma profissão, o que somente pode ser realizado mediante lei editada pela União Federal, nos termos do art. 22, XVI, da Lei Maior. Não é outra jurisprudência do Supremo:

EMENTA: Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 1.314, de 1º-4-2004, do Estado de Rondônia, que Impõe às empresas de construção civil, com obras no Estado, a obrigação de fornecer leite, café e pão com manteiga aos trabalhadores que comparecerem com antecedência mínima de quinze minutos ao seu primeiro turno de labor. Usurpação da competência da União para legislar sobre direito do trabalho (inciso I do art. 22). Ação julgada procedente. (ADI 3.251, rel. min. Ayres Brito, Plenário, DJ de 19-10-2007)

EMENTA: 1. Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei Distrital no 3.136/2003, que "disciplina a atividade de transporte de bagagens nos terminais rodoviários do Distrito Federal". 3. Alegação de usurpação da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (CF, art. 22, I) e/ou sobre "condições para o exercício de profissões" (CF, art. 22, XVI). 4. Com relação à alegação de violação ao art. 22, I, da CF, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é o caso de declarar a Inconstitucionalidade formal da Lei Distrital no 3.136/2003, em razão da Incompetência legislativa das unidades da federação para legislar sobre direito do trabalho. Precedentes citados: ADI no 601/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão, Pleno, unânime, DJ 20.9.2002; ADI no 953/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, unânime, DJ 2.5.2003; ADI-MC no 2.487/SC, Rel. Min. Morelra Alves, Pleno, unânime, DJ 1.8.2003; ADI no 3.069/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno,

unânime, DJ 16.12.2005. 5. Quanto à violação ao art. 22, XVI, da CF, na linha dos precedentes do STF, verifica-se a Inconstitucionalidade formal dos arts. 2º e 8º do diploma impugnado por versarem sobre condições para o exercício da profissão. Precedente citado: ADI-MC no 2.752/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, maioria, DJ 23.4.2004. 6. Ainda que superado o reconhecimento de ambas as Inconstitucionalidades formais indicadas, com relação ao art. 1º da Lei Distrital, verifica-se violação ao art. 8º, VI, da CF, por afrontar a "liberdade de associação sindical", uma vez que a norma objeto desta impugnação sujeita o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens à prévia filiação ao sindicato da categoria. 7. Ação direta julgada procedente para declarar a Inconstitucionalidade da legislação impugnada. (ADI 3587, rel. min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ 22-02-2008)

EMENTA: Ação direta de Inconstitucionalidade: L. Distrital 3.705, de 21.11.2005, que cria restrições a empresas que discriminarem na contratação de mão-de-obra: **Inconstitucionalidade declarada.** 1. Ofensa à competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação administrativa, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais de todos os entes da Federação (CF, art. 22, XXVII) e para dispor sobre Direito do Trabalho e Inspeção do trabalho (CF, arts. 21, XXIV e 22, I). 2. Afrenta ao art. 37, XXI, da Constituição da República - norma de observância compulsória pelas ordens locais - segundo o qual a disciplina legal das licitações há de assegurar a "igualdade de condições de todos os concorrentes", o que é incompatível com a proibição de licitar em função de um critério - o da discriminação de empregados inscritos em cadastros restritivos de crédito -, que não tem pertinência com a exigência de garantia do cumprimento do contrato objeto do concurso. (ADI 3870, rel. min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ 18-05-2007)

Do ponto de vista material, o Projeto de Lei nº 579/2011 também possui diversas inconsistências.

Em primeiro lugar, destaca-se o art. 2º, parágrafo único, do Projeto: "caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta Lei, a empresa será desclassificada do certame público".

Não é vedado ao Estado fomentar projetos que importem no incremento da qualificação técnica dos profissionais da esfera privada. No entanto, a penalidade imposta aos licitantes da área de limpeza constitui **desarrazoada intervenção no domínio econômico**, na medida em que impõe aos agentes privados a absorção compulsória de uma diretriz que, a rigor, deveria ser meramente indicativa, nos termos do art. 174 da Constituição republicana².

Além disso, por restringir a forma pela qual a empresa organiza os seus fatores de produção, a drástica "desclassificação" dos licitantes que descumpram o art. 1º interfere no âmbito nuclear de sua **liberdade de iniciativa**³, violando o disposto no art. 1º, IV c/c art. 170, caput e IV, todos da Constituição Federal⁴.

Mais importante: o Projeto claramente viola o **princípio da igualdade** (art. 5º, caput c/c art. 37, XXI, da Constituição Federal⁵). Explico.

Considerando os licitantes em geral, o Projeto viola o princípio da igualdade na medida em que impõe uma obrigação apenas a uma determinada classe de licitantes, sem que haja justificativa plausível para isso. Ora, se a obrigatoriedade dos cursos de qualificação contribui para o aumento do padrão de qualidade dos serviços prestados, então nada justifica que somente os empresários dedicados ao ramo da limpeza sejam obrigados a implementar a medida.

Nessa linha, a mais autorizada doutrina constitucionalista rechaça completamente a restrição de direitos individuais pela via de leis casuísticas. A esse respeito, confira-se o magistério de Gilmar Ferreira Mendes apolado em Gomes Canotilho e na doutrina alemã:

2. Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
3. Sobre situação análoga, cf. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos (Casos e Polêmicas)* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 37.
4. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV – livre concorrência.
5. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...); Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Outra limitação implícita que há de ser observada diz respeito à proibição de leis restritivas, de conteúdo casuístico ou discriminatório. Em outros termos, as restrições aos direitos individuais devem ser estabelecidas por leis que atendam aos requisitos da generalidade e da abstração, evitando, assim, tanto a violação do princípio da igualdade material quanto a possibilidade de que, por meio de leis individuais e concretas, o legislador acabe por editar autênticos atos administrativos.

(...)

Com amplamente admitido na doutrina, tal princípio deriva do postulado material da igualdade, que veda o tratamento discriminatório ou arbitrário, seja para prejudicar, seja para favorecer.

Resta evidente, assim, que a elaboração de normas de caráter casuístico afronta, de plano, o princípio da isonomia.

É de observar, outrossim, que tal proibição traduz uma exigência do Estado de Direito democrático, que se não compatibiliza com a prática de atos discriminatórios e arbitrários. (...)

Se não há dúvidas de que, também entre nós, revela-se inadmissível a adoção de leis singulares, individuais ou pessoais com objetivo de restringir direitos, cumpre explicitar as características dessas leis. Segundo Canotilho, lei individual restritiva inconstitucional é toda lei que:

- imponha restrição aos direitos, liberdades e garantias de uma pessoa ou de várias pessoas determinadas;

- imponha restrições a uma pessoa ou a um círculo de pessoas que, embora não determinadas, podem ser determináveis por intermédio da conformação intrínseca da lei e tendo em conta o momento de sua entrada em vigor.

O notável publicista português acentua que o

critério fundamental para a identificação de uma lei individual restritiva não é a sua formulação ou o seu enunciado linguístico, mas o seu conteúdo e respectivos efeitos. **Dal reconhecer a possibilidade de leis individuais camufladas, isto é, leis que, formalmente, contêm uma norma geral e abstrata, mas que, materialmente, segundo o conteúdo e efeitos, dirigem-se a um círculo determinado ou determinável de pessoas⁶.**

Problema diverso encontra-se materializado nas cabeças dos artigos 1º e 2º do Projeto, assim redigidas:

Art. 1º Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Art. 2º Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Antes de mais nada, o art. 1º não explicita a natureza do curso de qualificação a ser exigido dos trabalhadores do ramo de asseio e conservação. Além disso, afirma apenas que o certificado do mencionado curso será expedido por entidade com notória especialização na área, igualmente sem qualquer especificação.

Em acréscimo, é patente a impropriedade do art. 2º no que se a "cláusulas pétreas". A uma, porque o legislador sempre deve "usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando" (art. 11, Inciso I, Lei Complementar Federal 95/98). A duas, porque a expressão, no seu sentido técnico-jurídico, está completamente deslocada de seu eixo temático: o dos limites materiais ao poder constituinte de reforma (art. 60, § 4º, CRFB).

Vê-se, portanto, que os artigos 1º e 2º do Projeto da Lei 579/2011 sofrem de obscuridade, o que compromete a plena eficácia do princípio constitucional da segurança jurídica (art. 5º, *caput*). Não é outra a lição de Gilmer Ferrelra Mendes⁷:

6 MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional* – 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 264/265

7 MENDES, Gilmar Ferreira. *Questões Fundamentais de Técnica Legislativa*. Revista Eletrônica sobre a



Projeto de Lei nº 579/11
(Autoria do Deputado Cleiton Kleise)

Dispõe sobre um percentual obrigatório de trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Parágrafo único. O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – até o ano de 2016 – 16% (dezesseis por cento);
- VI – até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);
- IX – até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);
- X – até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

Art. 2º Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta Lei, a empresa será desclassificada do certame público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

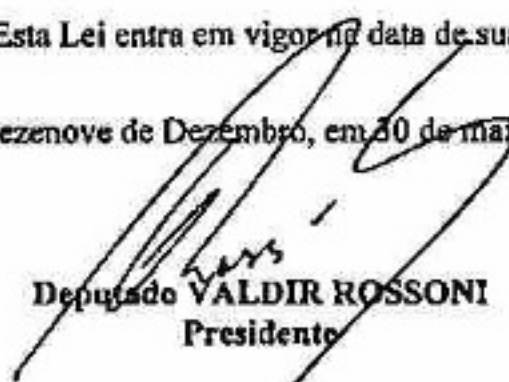


Projeto de Lei nº 579/11

fls.2.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de maio de 2012.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 030/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 030/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1493/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 579/2011, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 579/11, de autoria do Deputado Cleiton Kielse que, dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo Inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

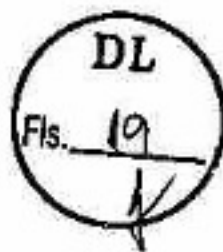
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao Interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 579/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 11 de junho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 030/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 29 de junho de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR

APROVADO

em nome de 10/07/12



PROJETO DE LEI N.

317/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 JUL 2012

Ruy
1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Central Integrada de Apoio Familiar (CIAF), com sede e foro no Município de Curitiba Pr.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Central Integrada de Apoio Familiar (CIAF), com sede e foro no Município de Curitiba Pr.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de Junho de 2012.

Gilson de Souza
GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual

4º. Secretário



A Central integrada de Apoio Familiar trabalha em prol da defesa dos valores fundamentais da civilização, que se mostram indispensáveis para a melhoria do convívio social. É para este fim que a CIAF desenvolve e promove programas e atividades que atendam integralmente a família em suas necessidades, buscando a sua inclusão social.

Sua Missão é promover conhecimentos e ações úteis na família valorizando a restauração dos relacionamentos, para o desenvolvimento de uma geração saudável. Sua visão é a de resgatar os Ideais do amor de Deus para com o ser humano de maneira integral, ou seja, no corpo, na alma e no espírito, tendo como agente transformador a própria família em que este está inserido. Possui como base princípios cristão, ao crer que este é o padrão determinante para este fim.

Quanto a Implantação de Projetos

Quando uma família é encaminhada à CIAF, a primeira atitude da instituição é realizar uma avaliação da situação para diagnosticar, de forma clara e simples, a possibilidade da implantação de ações que venham mediar os conflitos existentes. Após isso, seguem o desenvolvimento e o acompanhamento destas ações para que o papel da Instituição seja realmente efetivo. Para desenvolver e realizar esta avaliação, a CIAF conta com voluntários das seguintes áreas de atuação:

- ✓ Teologia
- ✓ Psicologia
- ✓ Pedagogia
- ✓ Enfermagem
- ✓ Jurídico
- ✓ Administração
- ✓ Informática
- ✓ Ensino



✓ Engenharia

✓ Fisioterapia

Método de Trabalho

1. Desenvolvimento e Implantação de pesquisa de intenção

Em Empresas, escolas, hospitais presídios e outros.

2. Triagem de famílias

Início do processo e encaminhamento para os setores competentes.

3. Clínica pastoral e psicológica

Aconselhamento

Orientação direcionada para grupos de pessoas conforme Faixa etária

4. Departamento Social

Assistência emergencial

Clínica social

Grupos de interesse

Ação comunitária

Assistência Social

5. Departamento Didático

Treinamento de liderança

Cursos voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional

Programas em andamento:

- ✓ **Bazar Social** – Distribui roupas para instituições carentes ou realiza venda social, onde o dinheiro arrecadado é destinado às ações da CIAF.
- ✓ **SOS família** – Atendimento emergencial da família em todas as classes sociais.
- ✓ **Equipe do Lar** – Atendimento integral a família com o objetivo de restaurá-la. As estratégias vão desde seminários educacionais até cursos e aconselhamentos.

✓



- ✓ **Recicle Ação** – Incentivo para o indivíduo valorizar tanto a Natureza quanto a sua própria vida, ensinando a cuidar de seu bem-estar e de sua família.
- ✓ **Cuidando da Melhor Idade** – Promove qualidade de vida para a terceira idade.
- ✓ **Educ** - Cursos de Capacitação voltados para o desenvolvimento profissional.

Por Tratar-se de Instituição séria e organizada, consideramos nosso pleito justo e legítimo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 520/2012

Projeto de Lei nº. 317/2012
Autor: Deputado Estadual Gilson de Souza

**Súmula: Declara de Utilidade Pública a
CENTRAL INTEGRADA DE APOIO FAMILIAR -
CIAF, com sede e foro no Município de Curitiba.**

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Souza, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **CENTRAL INTEGRADA DE APOIO FAMILIAR - CIAF**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre;

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
14/08/12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 53
08

sufusão, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou da pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



PROJETO DE LEI

no 434/12

Súmula: Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Capítulo I
Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei, doravante denominada Lei Estadual de Inovação, estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico, visando alcançar a capacitação para a pesquisa científica, tecnológica, a inovação e a autonomia tecnológica no ambiente econômico e social em geral, e no ambiente produtivo em particular, do Estado do Paraná, nos termos dos artigos 200 a 205 da sua Constituição.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - Inovação: é a implementação, com sucesso, de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um novo processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

II - Produto, Processo ou Serviço Inovador: resultado de aplicação substancial de conhecimentos científicos e tecnológicos, caracterizado por diferencial competitivo no mercado ou significativo benefício social;

III - Agência de Fomento: órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o fomento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;



IV - Instituição Científica e Tecnológica do Estado do Paraná (ICTPR): órgão ou entidade da administração pública estadual, direta ou indireta (universidades, centros de pesquisa), que tenha por missão Institucional executar, dentre outras, atividades de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico, bem como de desenvolvimento tecnológico, de capacitação de recursos humanos e inovação;

V - Empresa de Base Tecnológica do Estado do Paraná: empresa legalmente constituída no Estado do Paraná cujos produtos, processos ou serviços sejam preponderantemente decorrentes dos resultados de suas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico ou de inovação;

VI - Parque Tecnológico do Estado do Paraná: complexo de entidades empresariais, científicas e tecnológicas organizadas para promover a cultura e a prática da cooperação visando à inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras;

VII - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Estado do Paraná: entidade, organizada ou não em redes, que estimula e oferece apoio ao processo de geração e consolidação de empresas inovadoras, oferecendo suporte para negócios e captação de recursos, formação complementar do empreendedor e do provimento de infraestrutura compartilhada visando facilitar os processos de inovação e aumento da competitividade;

VIII - Núcleo de Inovação Tecnológica (Nit): unidade de uma ICTPR constituída para apoiar sua relação com a sociedade e com o mercado promovendo a proteção do conhecimento gerado internamente e gerenciando o processo de transferências de tecnologia;

IX - Instituição de Apoio: instituição criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e desenvolvimento institucional, científico-tecnológico e inovação;

X - Criação: Invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada ou qualquer outro desenvolvimento tecnológico, obtidos por um ou mais criadores, que gere ou possa gerar novo processo, produto, serviço ou aperfeiçoamento incremental;

XI - Criador: pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação;



XII - Pesquisador público: ocupante de cargo efetivo civil ou militar, ou emprego público de ICTPR que realize pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, e desenvolvimento tecnológico;

XIII - Inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

XIV - Arranjo Produtivo Local (APL): aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem;

XV - Sistema Paranaense de Inovação: conjunto de organizações públicas ou privadas que, no Estado do Paraná, interagem entre si e aplicam recursos para a realização de atividades orientadas à geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos que proporcionem produtos, processos e serviços inovadores;

XVI - Empresa de Propósito Específico do Estado do Paraná: entidade de direito privado criada pela associação entre órgãos do estado do Paraná e empresa privada ou consórcio de empresas para a realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico visando à obtenção de produto, processo ou serviço inovador;

XVII - Rede de Ciências, Tecnologia e Inovação: integração e interação de ativos de ciências, tecnologia e inovação atuando em projetos cooperativos e estratégicos para o Estado do Paraná, visando promover o intercâmbio de conhecimento e a geração de inovações;

XVIII - Entidade Científica, Tecnológica e Inovação privada do Estado do Paraná (ECTI): entidade privada com ou sem fins lucrativos do Estado do Paraná, legalmente constituída, que tenha por missão institucional executar, dentre outras, atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

XIX - Capital Semente: modelo de financiamento dirigido a projetos empresariais em estágio inicial ou estágio zero, em fase de projeto de desenvolvimento, antes da instalação do negócio, onde um ou mais grupos interessados investem os fundos necessários para o início do negócio, de maneira que ele tenha fundos suficientes para se sustentar até atingir um estado onde consiga manter financiamentos sozinho ou receba novos aportes financeiros.



Capítulo II

Do Sistema Paranaense de Inovação

Art. 3º Fica instituído o Sistema Paranaense de Inovação com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável do Estado pela inovação, pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo, estimulando programas e projetos articulado com o setor público e privado.

Parágrafo único. Integram o Sistema Paranaense de Inovação:

I - o Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT);

II - as instituições públicas que se enquadrem como ICTPR, bem como as ECTI e aquelas de direito público e privado, localizadas no Estado do Paraná, e que se desempenhem atividades semelhantes;

III - as entidades que se enquadrem como Agências de Fomento;

IV - a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná;

V - as Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos do Estado do Paraná;

VI - Instituto Tecnológico do Paraná (TECPAR);

VII - Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR);

VIII - as instituições de apoio à ciência, tecnologia e inovação estabelecidas no Estado do Paraná;

IX - as empresas e entidades do Estado do Paraná com atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

X - Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).

Art. 4º O Estado apolará a cooperação entre o Sistema Paranaense de Inovação e os sistemas de Inovação no âmbito da União, de outros estados e dos municípios, outras instituições públicas e privadas, incubadoras e parques tecnológicos, empresas que promovam inovação e entidades de ensino e



pesquisa científica e tecnológica.

Capítulo III

Do Estímulo à Construção de Ambientes Especializados e Cooperativos de Inovação

Art. 5º O Estado do Paraná, seus municípios e as agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas brasileiras localizadas no Paraná, ICTPR, ECTI e organizações de direito privado com atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de inovações.

Parágrafo único. O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como, ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos.

Art. 6º As ICTPR poderão, mediante remuneração, por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:

I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações, prioritariamente com micro, pequenas e médias empresas, em atividades voltadas à inovação, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízos de sua atividade finalística;

II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas brasileiras e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite.

§ 1º - A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo obedecerão às prioridades, critérios, requisitos, prazos e deveres obrigatoriamente constantes do regulamento aprovado pelo órgão máximo da ICTPR e publicado na Imprensa Oficial do Estado, bem como em lugar destacado do sítio eletrônico da instituição científica, observados ainda os artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007.

§ 2º - Os investimentos feitos em aquisição de novos equipamentos, instrumentos e melhorias dos equipamentos existentes, bem como em



melhoria e ampliação das instalações, reverterão ao patrimônio das ICTPR.

Art. 7º Ficam o Estado e suas entidades autorizadas a participar minoritariamente do capital da empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto, processo ou serviços inovadores, conforme regulamentação a ser promulgada pelo Poder Executivo do Paraná, observados os artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007 e os procedimentos do art. 28 desta Lei, no que couber.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

Art. 8º O Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar de sociedades ou parcerias, cuja finalidade seja aportar capital semente em empresas que explorem criação desenvolvida no âmbito de ICTPR com ou sem parceria com outras entidades, observados os artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007, os comandos da Lei Complementar 101/2000 e os procedimentos do art. 28 desta Lei, no que couber.

Capítulo IV

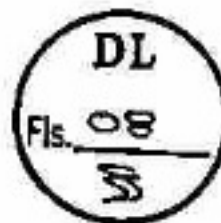
Do Estímulo à Participação das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado do Paraná no Processo de Inovação

Art. 9º É facultado às ICTPR celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

§ 1º - A contratação com cláusula que conceder exclusividade ao receptor da tecnologia ou ao licenciado para os fins de que trata o *caput* deste artigo deve obedecer a Lei Estadual 15.608/2007, salvo a contratação com o coproprietário, conforme disposto no § 3º deste artigo.

§ 2º - Quando não envolverem concessão de exclusividade, os contratos previstos no *caput* deste artigo poderão ser firmados diretamente, observados os artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007.

§ 3º - Na hipótese do artigo 5º desta Lei, as entidades que fizerem parte dos projetos deverão disciplinar o modo de aquiescência quanto à transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de



exploração de criação protegida por elas desenvolvida, devendo constar do contrato o prazo desse direito.

§ 4º - A empresa detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICTPR proceder a novo licenciamento.

§ 5º - O licenciamento para exploração de criação, cujo objeto interesse à defesa nacional deve observar o disposto no parágrafo 3º do artigo 75 da Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 6º - A transferência de tecnologia e o licenciamento para exploração de criação reconhecida, em ato do Poder Executivo, como de relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.

Art. 10 A ICTPR poderá obter o direito de uso ou de exploração da criação protegida, mediante contratação estabelecida na forma da Lei Estadual 15.608/2007.

Art. 11 É facultado à ICTPR prestar às instituições públicas ou privadas, serviços compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

§ 1º - A prestação de serviços prevista no *caput* deste artigo obedecerá as prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICTPR.

§ 2º - O servidor civil ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no *caput* deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICTPR ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de gratificação especial e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada, respeitado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 3º - O valor da gratificação especial de que trata o parágrafo 2º deste artigo fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como, a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal, nos termos do art. 37, XIV, da Constituição Federal.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 4º - A gratificação especial de que trata este artigo configura-se, para os fins do artigo 28 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ganho eventual, sendo, portanto parcela indenizatória não incorporável.

Art. 12 É facultado à ICTPR celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto, processo ou serviço com instituições públicas e privadas.

§ 1º - O servidor civil ou militar ou o empregado público da ICTPR envolvido na execução das atividades previstas no *caput* deste artigo poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento, independente do seu regime de trabalho. Esta bolsa de estímulo não se confunde com o pagamento de *royalties* ou qualquer outro direito que possa advir da cotitularidade do bem.

§ 2º - As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos parágrafos 5º e 6º do artigo 9º desta Lei.

§ 3º - A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidos no parágrafo 2º deste artigo serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes.

Art. 13 Os acordos e contratos firmados entre as ICTPR, as Instituições de apoio, agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, cujo objeto seja compatível com a finalidade desta Lei, poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução desses acordos e contratos, observados os critérios e requisitos do seu regimento.

Art. 14 A ICTPR poderá ceder temporariamente seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não-oneroso, nos casos e condições definidos em regulamento, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, observados os artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007 e o disposto no art. 28 desta Lei, no que couber.



Parágrafo único. A manifestação prevista no caput deste artigo deverá ser proferida pelo órgão ou autoridade máxima da ICTPR, no prazo fixado em regulamento.

Art. 15 É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor civil ou militar ou empregado público ou prestador de serviços de ICTPR divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICTPR.

Art. 16 As ICTPR, na elaboração e execução dos seus orçamentos, adotarão as medidas cabíveis para a administração e gestão da sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 6º, 9º, 11 e 12 o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e eventuais colaboradores.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, percebidos pelas ICTPR, constituem receita própria e deverão ser aplicados, exclusivamente, em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Art. 17 A ICTPR deverá dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras entidades equivalentes, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

§ 1º - São competências mínimas do núcleo de inovação tecnológica:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa e desenvolvimento para o atendimento das disposições desta Lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do artigo 23;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;



V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - apoiar a elaboração e acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição e dos seus pesquisadores;

VII - divulgar de forma permanente, ressalvadas aquelas de caráter sigiloso, informações sobre a política de propriedade intelectual da Instituição, as criações desenvolvidas no âmbito da instituição, as proteções requeridas e concedidas e os contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

§ 2º - Conforme disposto no art. 16, a ICTPR deverá prever os recursos orçamentários e de pessoal necessários para o bom funcionamento do seu respectivo núcleo de inovação tecnológica.

Art. 18 A ICTPR, por intermédio do órgão ao qual seja subordinada ou vinculada, manterá a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná informada quanto:

I - à política de propriedade intelectual da instituição;

II - às criações desenvolvidas no âmbito da instituição;

III - às proteções requeridas e concedidas;

IV - aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo devem ser fornecidas de forma consolidada, em periodicidade anual, com visitas à sua divulgação, ressalvadas as informações sigilosas.

Capítulo V

Do Estímulo à Participação do Pesquisador Público no Processo de Inovação

Art. 19 É assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida, da qual



tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do artigo 93 da Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 1º - A participação de que trata o *caput* deste artigo poderá ser partilhada pela ICTPR entre os membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento que tenham contribuído para a criação.

§ 2º - Entende-se por ganhos econômicos toda forma de *royalties*, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros, deduzidas as despesas, encargos e obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual.

§ 3º - A participação referida no *caput* deste artigo obedecerá ao disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 11.

§ 4º - A participação referida no *caput* deste artigo será paga pela ICTPR em prazo não superior a 1 (um) ano após a realização da receita que lhe servir de base.

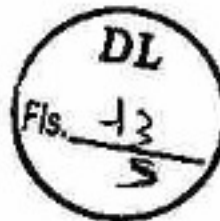
Art. 20 Ao pesquisador público é facultado, mediante autorização da respectiva ICTPR, afastar-se do órgão de origem para prestar colaboração ou serviço a outra ICTPR observadas as finalidades previstas nesta Lei.

§ 1º - As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo civil ou militar, ou emprego público por ele exercido na Instituição de origem, na forma do regulamento.

§ 2º - Durante o período de afastamento de que trata o *caput* deste artigo, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o subsídio do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como promoção e progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado.

§ 3º - As gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas, na forma do parágrafo 2º deste artigo, caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica.

§ 4º - No caso de pesquisador público membro da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do



Comando Geral.

Art. 21 Ao pesquisador público é permitido licenciar-se do cargo efetivo ou emprego público que ocupa para constituir empresa ou colaborar com empresa cujos objetivos envolvam a aplicação de inovação que tenha por base criação de cuja autoria tenha participado.

§ 1º - Ao pesquisador público é permitido licenciar-se do cargo efetivo ou emprego público que ocupa, por Interesse de ICTPR, para prestação de assessoria ao setor privado no desenvolvimento de inovações.

§ 2º - A licença a que se refere este artigo será concedida sem remuneração, observadas as demais condições estabelecidas na legislação própria.

§ 3º - A licença poderá ser gozada, parceladamente, a julzo da ICTPR, desde que dentro do período de 2 (dois) anos.

§ 4º - Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICTPR integrante da administração direta ou indireta, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108 de 18 de maio de 2005 ou outra que vier a substituí-la.

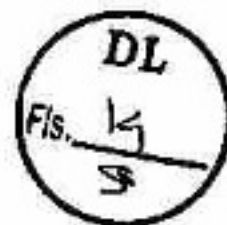
Art. 22 Ao aluno devidamente inscrito nos programa de graduação e pós-graduação de ICTPR que tenha participado do processo de criação, é assegurada, a título de incentivo, participação nos ganhos econômicos auferidos, resultantes da exploração de criação protegida, em proporções previamente estabelecidas por meio de acordo formal.

Capítulo VI

Do Estímulo à Participação do Inventor Independente no Processo de Inovação

Art. 23 Aos inventores independentes que comprovem depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção da criação por ICTPR, que decidirá, livremente, quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto para seu futuro desenvolvimento, incubação, industrialização e utilização pelo setor produtivo.

§ 1º - O núcleo de inovação tecnológica da ICTPR avaliará a invenção, a sua afinidade com a área de atuação da instituição e o interesse no seu desenvolvimento.



§ 2º - O núcleo de inovação tecnológica informará ao inventor independente, em prazo previamente pactuado, a decisão quanto à adoção a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 3º - Adotada a invenção, nos termos do *caput* deste artigo, o inventor independente comprometer-se-á, mediante contrato, a compartilhar com a ICTPR os ganhos econômicos auferidos com a exploração industrial da invenção protegida.

Capítulo VII

Do Estímulo ao Processo de Inovação nas Empresas

Art. 24 O Estado, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará o processo de inovação nas empresas brasileiras localizadas no Paraná, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, a concessão de apoio financeiro, de benefícios fiscais, subvenção econômica e participação societária e exercício de compra do Estado.

§ 1º - A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, visando ao desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.

§ 2º - A concessão da subvenção econômica prevista no parágrafo 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida pela legislação federal e observado o art. 28 desta Lei, no que couber.

§ 3º - O Poder Executivo poderá conceder a subvenção econômica de que trata este artigo nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998.

§ 4º - O Poder Executivo regulamentará o uso do poder de compra de forma a incentivar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Estado que se traduzam em produtos e serviços inovadores no interesse público.

§ 5º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná incentivará por meio de premiação a inovação nas empresas do Paraná, em conformidade com regulação específica.

§ 6º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do



Paraná incentivará as empresas a constituírem núcleos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 25 O Poder Executivo poderá conceder incentivos fiscais às empresas, com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 26 As agências de fomento estaduais promoverão, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação, prioritariamente nas micro e pequenas empresas e empreendimentos de economia solidária, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pela ICTPR, pela ECTI e entidades de direito privado com atividades semelhantes, localizadas no Estado do Paraná.

Art. 27 Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, os recursos da conta específica "Apoio à Inovação" do Fundo Paraná, quando da sua aplicação pelas instituições contempladas em projetos, deverão privilegiar as Micro e Pequenas Empresas do Paraná, quando possível, com até 20% do total dos recursos recebidos.

Parágrafo único. A Unidade Gestora do Fundo Paraná – UGF/SETI regulamentará esta disposição no prazo de 90 dias após a promulgação da Lei de Inovação.

Art. 28 Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, em matéria de interesse público, poderão contratar empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, processo ou serviço inovador, observado o disposto nos artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007.

§ 1º - A contratação fica condicionada à aprovação prévia de projeto específico, com etapas de execução do contrato estabelecidas em cronograma físico-financeiro, a ser elaborado pela empresa, consórcio ou entidade a que se refere o *caput*, o qual deverá contemplar, além das etapas de execução, a equipe de trabalho e os recursos necessários à sua realização, com observância dos objetivos a serem atingidos e dos requisitos que permitam a aplicação dos métodos e meios indispensáveis à verificação do andamento do projeto em cada etapa, bem como de outros elementos



estabelecidos pelo contratante.

§ 2º - O acompanhamento técnico e financeiro a que se refere o § 1º será realizado em cada etapa do projeto, ao longo de sua execução, inclusive com a mensuração dos resultados alcançados em relação aos previstos, de modo a permitir a avaliação da sua perspectiva de êxito, indicando eventuais ajustes que preservem o interesse das partes no cumprimento dos objetivos pactuados.

§ 3º - O projeto contratado nos termos deste artigo poderá ser descontinuado, sempre que verificadas inviabilidades técnica ou econômica no seu desenvolvimento, ou o desinteresse da administração.

§ 4º - A inviabilidade técnica ou econômica referida no § 3º deverá ser comprovada mediante auditoria técnica e financeira independente.

§ 5º - Nas hipóteses de descontinuidade do projeto contratado prevista no § 3º, o pagamento ao contratado cobrirá as despesas já incorridas na efetiva execução do projeto, consoante o cronograma físico-financeiro aprovado.

§ 6º - Caso o projeto seja conduzido nos moldes contratados e os resultados obtidos sejam diversos dos almejados, em função do risco tecnológico, comprovado mediante auditoria técnica e financeira, o pagamento poderá ser efetuado nos termos do contrato.

§ 7º - Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, elaborar relatório final dando-o por encerrado, ou prorrogar seu prazo de duração.

§ 8º - Os resultados do projeto, a respectiva documentação e os direitos de propriedade intelectual pertencerão ao contratante.

§ 9º - A contratação prevista no *caput* poderá englobar a transferência de tecnologia para viabilizar a produção e o domínio de tecnologias essenciais para o País.

§ 10 - Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a criação intelectual pertinente ao seu objeto e cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até 2 (dois) anos após o término do contrato.

Capítulo VIII



Da Participação do Estado em Fundos de Investimento

Art. 29 O Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar, na qualidade de cotistas, de fundos mútuos de investimento com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas situadas no Estado do Paraná, cuja atividade principal seja a inovação tecnológica, conforme regulamentação e nos termos da legislação aplicável, observados especialmente os artigos 35 e 36 da Lei Estadual 15.608/2007 e o disposto no art. 28 do Anteprojeto, no que couber.

Parágrafo único. A participação de que trata o *caput* deste artigo deverá observar os limites de utilização dos recursos públicos previstos na Lei Complementar 101/2000.

Capítulo IX Da Implementação

Art. 30 A implementação desta lei dar-se-á pela utilização dos instrumentos e recursos do Poder Executivo do Estado do Paraná, bem como pelo de outras receitas, dentre elas as provenientes de entes públicos federais ou municipais, de entidades privadas, de rendimentos de exploração de direitos de propriedade, de espólio provenientes de heranças jacentes e de doação de Instituição privada ou de pessoa física.

§ 1º - Os recursos previstos neste artigo serão incorporados ao Fundo Paraná, em subconta específica denominada "Apoio à Inovação", vinculada à execução de programas e projetos, nos termos do artigo 3º desta Lei.

§ 2º - Os recursos descritos neste artigo serão transferidos às entidades descritas no artigo 4º desta Lei, por meio de convênios, acordos, termos de cooperação, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pelo gestor do Fundo Paraná.

Capítulo X Das Disposições Finais

Art. 31 Na aplicação do disposto nesta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I - priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do Estado, ações que visem a



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

dotar as entidades integrantes do Sistema Paranaense de Inovação e o sistema produtivo de capacidade científica e tecnológica e recursos humanos adequados ao esforço de desenvolvimento sustentável;

II – priorizar ações que visem consolidar as entidades integrantes das cadeias e arranjos produtivos locais já existentes com capacidade científica e tecnológica e recursos humanos adequados ao esforço de desenvolvimento sustentável;

III – assegurar tratamento prioritário as micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos solidários;

IV – dar tratamento preferencial, na aquisição de produtos e serviços pelo Poder Público Estadual, às empresas que invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Paraná.

Art. 32 O art. 34 da Lei Estadual n. 15.608/2007 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

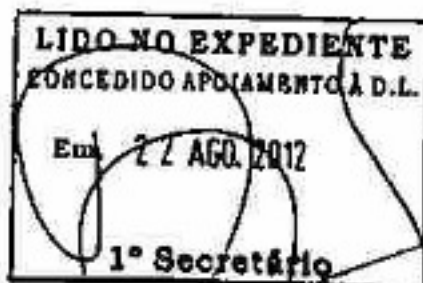
XXII – na contratação dos objetos correspondentes aos artigos 6º; 7º; 8º; 9º, § 2º; 10; 14; 24; 28 e 29 da Lei Estadual de Inovação, observados os demais procedimentos dela constantes.

Art. 33 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação devendo ser regulamentada e implementada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em de

de 2012.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM
Nº 048 /2012

Curitiba, 22 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura do expediente
II - À DL para providências,
Em 22/08/2012
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná, de acordo com os artigos 200 a 205 da Constituição Estadual.

O Anteprojeto incorpora sugestões debatidas em audiências públicas e reuniões com representantes das universidades estaduais e institutos de pesquisa, além de contribuições apresentadas durante consulta pública. A versão ora apresentada foi aprovada pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia CCT-PARANÁ, que é por mim presidido.

A instituição de Lei Estadual de Inovação no Paraná faz-se necessária por diversas razões.

O País vivencia um momento ímpar de prosperidade econômica e social. Além disso, a população em idade economicamente ativa está prevalecendo sobre as faixas mais jovens e mais idosas, criando um "bônus populacional". Esse momento cria uma janela de oportunidade para que sejam feitas mudanças significativas nos objetivos propostos para o Estado do Paraná nos anos recentes.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.228.141-0



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A inovação e o conhecimento tornaram-se a força motriz do desenvolvimento regional sustentável e com isso as políticas meramente transferidoras de renda não são mais suficientes para garantir a fortaleza do Estado do Paraná. É certo que essas políticas ainda são necessárias em algumas regiões do Estado, mas para a grande maioria das regiões é preciso propor instrumentos que incentivem a inovação e promovam a melhoria da competitividade.

Para este Governo, é imprescindível a formulação de um alicerce legal à garantia de um ambiente propício para o desenvolvimento tecnológico, impulsionando a articulação entre os agentes econômicos envolvidos nesta cadeia (universidades, institutos de pesquisa e setor produtivo paranaenses).

A própria Constituição da República, nos artigos 218 e 219 e a Constituição Estadual, nos artigos 200 a 205, estabelecem como dever do Estado a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

Nesse contexto, incumbe ao Estado do Paraná propiciar instrumentos que contribuam para fortalecer a pesquisa, a produção de conhecimentos, bem como fomentar a criação de ambiente propício à geração e absorção de inovações em seu território, atuando como instrumento de apoio à política industrial e tecnológica estadual.

Para tanto, apresenta-se a presente Lei de Inovação Paranaense, no âmbito da competência legislativa do Estado do Paraná.

Principia a Lei, em seu Capítulo I, por definir sua abrangência, apresentando os conceitos centrais que vai aplicar. Assim, permite o comum entendimento entre todos os atores sobre os termos da Lei. Em seguida o Capítulo II define o Sistema Paranaense de Inovação e apresenta seus integrantes.

O Sistema Paranaense de Inovação, embora já existente, ainda possui inúmeras oportunidades de melhoria. Para tanto, são necessários estímulos e direcionamentos. O Capítulo III trata dos estímulos necessários para a construção de um verdadeiro ambiente especializado e cooperativo de inovação.

Nesse ambiente, o papel das Instituições de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – ICTPR é de protagonistas da criação de conhecimento e de soluções para a sociedade em geral. O Paraná dispõe de um importante ativo da ICTPR que pode ser utilizado para criar momento e acelerar o



desenvolvimento do Estado.

O Capítulo IV detalha os usos e condições para a participação das ICTPR no processo de inovação e define os estímulos a sua participação institucional. Em particular, essas instituições dispõem de um dos insumos mais relevantes em todo processo de criação: os pesquisadores. Por isso, o Capítulo V do presente Anteprojeto cria condições para que os pesquisadores públicos participem do processo de inovação.

Em todo Sistema Paranaense de Inovação, para que se faça jus à igualdade de oportunidade a todos de participar do processo de inovação, o Capítulo VI estabelece os estímulos à participação do Inventor Independente e como este pode se beneficiar da existência de outro ativos para viabilizar a sustentabilidade de sua ideia no mercado.

O Capítulo VII é certamente o mais importante entre todos, pois é na relação entre entidades públicas e empresas privadas que reside a maior necessidade de atenção. Primeiramente, porque sempre deve ser respeitado o interesse coletivo, em todos os âmbitos que envolvam o aporte de recursos públicos. Mas também porque é na capacidade das empresas de atuar livremente no mercado que está a garantia de as invenções tornarem-se de fato inovações.

Sem o estímulo ao empresário para que a tecnologia e o conhecimento sejam transacionados no mercado, não há Sistema de Inovação que seja sustentável. É também por meio da geração de emprego e renda nas empresas, em particular naquelas de Micro e Pequeno Porte, que o desenvolvimento social se sustenta. Para este Governo, é nas empresas inovadoras, de todos os portes, que o foco das políticas econômicas e industriais tem que estar centrado.

Um mecanismo útil de estímulo a todos os atores do Sistema Paranaense de Inovação está na criação de Fundos de Investimentos. Para isso, o Capítulo VIII dispõe os termos para que isso seja possível.

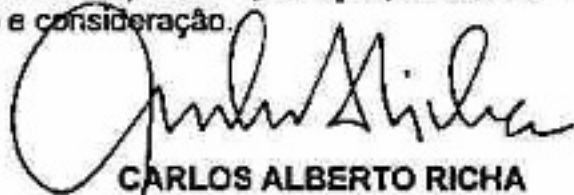
Por fim, os Capítulos IX e X dispõem sobre os procedimentos de implementação da Lei e suas condições gerais, incluindo também algumas diretrizes para nortear os processos de regulamentação futuros.

Ante o exposto, o presente Anteprojeto deve ser apreciado e aprovado com a maior celeridade possível, visto que inúmeras outras Unidades da



Federação já possuem suas Leis promulgadas. Entretanto, cabe destacar que se por um lado houve atraso na apresentação da Lei à Sociedade Paranaense, por outro, deu-se a oportunidade de coletar as melhores práticas nas demais legislações e sanar as imperfeições geradas ao longo do processo de aprendizado com a Lei Federal de nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Assim, espera-se que não tarde a apreciação e aprovação da presente Lei, recolocando a Sociedade Paranaense na vanguarda do desenvolvimento pautado na Inovação.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 434/2012

Projeto de Lei nº. 434/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 048/2012

Súmula: Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: ESTABELECE MEDIDAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO, À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. ART. 218 DA CF. ART. 200 DA CE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo dispor sobre as medidas de incentivo à inovação tecnológica e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1978 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Com relação ao objeto do Projeto de Lei ora proposto, importante observar que a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 218 determina que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, vejamos:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltará-se à preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º - O Estado apolará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º - A lei apolará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Ademais, a própria Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 200, também determina que cabe ao Estado promover o desenvolvimento científico e tecnológico:

Art. 200. Cabe ao Poder Público, com a participação da sociedade, em especial as instituições de ensino e pesquisa, bem como as empresas públicas e privadas, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 28
Q

suas aplicações práticas, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico e social paranaense.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

junho 28/08/12
Q



Comissão de Ciência e Tecnologia

Projeto de Lei nº 434/12

Assunto: Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado do Paraná e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Parcerias

O acelerado processo de globalização e reestruturação produtiva se sustenta em um vertiginoso ritmo de desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. Tal processo tem gerado um campo de forte competitividade, no qual se disputa a posse da informação, do conhecimento e do desenvolvimento da inovação. Nesse contexto, ganha importância a Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica, encaminhada a essa Assembleia Legislativa pelo Governador Carlos Alberto Richa, em agosto de 2012.

Essa Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica em ambientes produtivos, criando mecanismos de gestão para as instituições científicas e tecnológicas e sua relação com as empresas, principalmente de base tecnológica, através de medidas de naturezas como:

Estímulo à Construção de Ambientes Especializados e Cooperativos de Inovação

1. Permite o estímulo e apoio à constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas brasileiras localizadas no Paraná, ICTPR, ECTI e organizações de direito privado com atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de inovações. (art. 5º)
2. As ICTPR, mediante remuneração, através de contratos e convênios, poderão compartilhar e/ou permitir a utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais, etc. (Art. 6º).

3/10/12
[Assinatura]



3. Permite ao Estado e suas entidades autorizadas a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto, processo ou serviços inovadores (Art.7º).
4. Permite que o Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, participem de sociedades ou parcerias, cuja finalidade seja aportar capital em empresas que explorem criação desenvolvida no âmbito de ICTPR com ou sem parceria com outras entidades (Art.8º)

Estímulo à Participação das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado do Paraná no Processo de Inovação

1. Faculta às ICTPR celebração de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida. (Art. 9º).
2. Faculta à ICTPR celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto, processo ou serviço com instituições públicas e privadas. (Art. 12).

Estímulo à Participação do Pesquisador Público no Processo de Inovação

1. Assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR (Art.19).
2. Permite o afastamento do servidor público do órgão de origem para prestar colaboração ou serviço em outra ICTPR (Art.20).
3. Permite o licenciamento do servidor público para constituir empresa ou colaborar com empresa cujos objetivos envolvam a aplicação de inovação que tenha por base criação de cuja autoria tenha participado (Art.21).

Estímulo à Participação do Inventor Independente no Processo de Inovação

1. Faculta aos inventores independentes que comprovem depósito de pedido de patente solicitar a adoção da criação por ICTPR, que decidirá, livremente, quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto para seu futuro desenvolvimento, incubação, industrialização e utilização pelo setor produtivo. (Art.23).

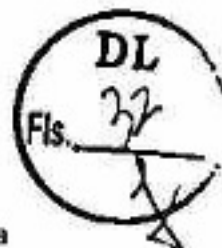
Estímulo ao Processo de Inovação nas Empresas

1. Permite ao Estado, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivar o processo de inovação nas empresas brasileiras localizadas no Paraná, mediante o

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Comissão de Ciência e Tecnologia



compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, a concessão de apoio financeiro, de benefícios fiscais, subvenção econômica, participação societária e exercício do poder de compra do Estado (Art.24).

2. Permite a concessão de incentivos fiscais às empresas que participarem de alguma forma no desenvolvimento do processo de inovação (Art.25).

3. Permite a contratação de empresas, consórcios de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, processo ou serviço inovador (Art. 28).

A finalidade dessa lei conforme seu artigo primeiro é o incentivo à inovação, e à pesquisa científica e tecnológica no denominado "ambiente produtivo", que de acordo com a própria norma é formado pelas Instituições Científicas e Tecnológicas, pelas empresas e pelo inventor independente.

No contexto desses três atores, o legislador pretende que haja um estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, sua absorção pela indústria e a expansão da produtividade paranaense por parte do setor privado.

O Projeto incorpora sugestões debatidas em audiências públicas, inclusive uma delas organizada nessa Casa de Leis, por essa Comissão de Ciência e Tecnologia, reuniões com representantes das universidades estaduais, Institutos de pesquisa, além de contribuições apresentadas durante consulta pública. Importante ressaltar que esta versão foi aprovada pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia.

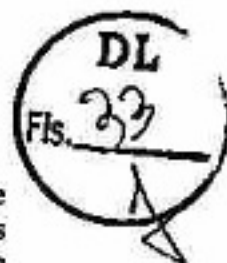
Os objetivos claramente explicitados na normatização de incentivo a inovação são o de capacitar e o de alcançar a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial do Paraná.

A estratégia adotada pelo legislador para atender os objetivos estabelecidos é a formação de parcerias e de alianças para a geração de inovação. Tal estratégia pretende se desenvolver em um sistema de formação de redes onde, com o estímulo do Estado, os vários atores da sociedade, quais sejam, a Administração Pública na esfera estadual, as empresas, as Instituições de Ciência e Tecnologia, estabeleçam uma dinâmica de cooperação e de atuação sistêmica.

Percebe-se a intenção de se estabelecer institucionalmente uma via de desenvolvimento nacional por meio da interação entre os agentes geradores de conhecimento e aqueles transformadores desse conhecimento em produtos e serviços inovadores com diferencial mercadológico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Comissão de Ciência e Tecnologia



Para que tal interação se efetive a Lei prevê a celebração de contratos e convênios com instituições públicas e com a iniciativa privada, isto é, entre os parceiros para a realização de pesquisas conjuntas, visando a transferência de tecnologia desenvolvida nos seus laboratórios e o respectivo licenciamento para exploração e direito de uso.

A lei estabelece patamares para a inovação no Estado. Resumidamente, os mesmos serão apresentados a seguir e as principais formas de operacionalização de cada um deles:

Para as ICTPR:

- compartilhamento de infra-estrutura entre os setores público e privado;
- contratos de transferência de tecnologia;
- prestação de serviços especializados voltados para a inovação às instituições públicas e privadas;
- parceria com instituições públicas e privadas para pesquisa científica e tecnologia de desenvolvimento de tecnologia, produtos ou processos;

Para as Empresas:

- utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações para atividade de pesquisa, mediante remuneração;
- prestação de serviços relacionados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, com retribuição pecuniária;
- parcerias para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo;
- concessão pelo poder público de recursos financeiros (projetos), humanos, materiais ou de infraestrutura para apoio a pesquisa e desenvolvimento em atividades de prioridade da política industrial e tecnológica do país;
- concessão de benefícios fiscais para o estímulo a inovação na empresa;
- negociação da titularidade da propriedade intelectual, direito ao licenciamento e participação nos resultados da exploração.

Para o Inventor Independente:

- Adoção da sua criação, comprovado o depósito do pedido de patente, visando futuro desenvolvimento, incubação, utilização e produção industrial.



Conclusão

Pode-se observar que a Lei de Inovação é um passo rumo a um modelo de desenvolvimento do Estado. As alternativas que ela oferece podem ter um reflexo bastante favorável na produtividade estadual e no impulso do Estado rumo ao seu desenvolvimento e sua autonomia.

Mas, para apresentar os tão esperados e desejados resultados é condição que se faça dela uma utilização eficaz, o que só será possível a partir do seu amplo conhecimento pelos interessados e apropriação dos benefícios por ela disponibilizados.

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das sessões, 11 de setembro de 2012.

DEPUTADO TERUO KATO
Presidente

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
Relator

DEPUTADO ADEMIR BIER
Membro

DEPUTADO BERNARDO CARLI
Membro

DEPUTADO PEDRO LUPION
Membro

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
Membro

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
Membro